



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 24 de agosto de 2012. A Diretoria.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Ativo, Circulante, Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, etc. and columns for 2012 and 2011 values.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Receitas da Intermediação Financeira, Operações de crédito, Resultado de operações com títulos e valores mobiliários, etc. and columns for 2012 and 2011 values.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PELO MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Atividades Operacionais, Lucro Líquido Ajustado do Período, Depreciações e amortizações, etc. and columns for 2012 and 2011 values.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

Table with 6 columns: Saldos em 31 de Dezembro de 2010, Saldo em 30 de Junho de 2011, Saldo em 31 de Dezembro de 2011, Saldo em 30 de Junho de 2012, etc. and columns for 2012 and 2011 values.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
ING Bank N.V., Filial de São Paulo (Filial), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, a qual possui a totalidade do capital da Filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2011 do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Caixa e equivalentes de caixa
consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança em seu valor.
Em 30 de junho de 2012 e 2011, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

Table with 3 columns: 2012, 2011, Caixa e equivalentes de caixa, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de liquidez, Total.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.
Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2012 e 2011 não havia títulos classificados como mantidos até o vencimento.
d) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizados como instrumento de proteção (hedge) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.
As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observem os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a caracterização de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:
• Hedge de risco de mercado - Destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
• Hedge de fluxo de caixa - Destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2012 e 2011, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).
As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente
As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais, são demonstrados pelo seu valor de custo.
O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.
O diferido remanescente, conforme Resolução nº 3.617/08 do BACEN, e o intangível são representados por gastos com aquisição e desenvolvimento de "softwares", amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações
Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em semestres anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários do Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculados sobre as diferenças atualizadas entre o valor fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.
j) Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro-rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS
O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - A área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada à Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração do Banco, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pelo Banco.

Risco de crédito - As exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco de liquidez - As exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas por meio da simulação de cenários nas condições de liquidez e manutenção de limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros; e

Risco operacional - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular 3.477/09 do BACEN são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço http://www.ing.com.br

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações comprometidas no montante de R\$ 172.768 (R\$ 17.998 em 2011) lastreadas em títulos públicos e vencimentos em até três meses, e certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) no montante de R\$ 248.144 (R\$ 197.497 em 2011) com vencimentos em até 1 ano, sendo que detém montante R\$ 1.258 referente-se a CDI em garantia de operações de derivativos.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado, e a segregação por faixas de vencimento, estão demonstradas como segue:

Table with 6 columns: Títulos e valores mobiliários, Carteira própria para negociação, Vinculados a prestação de garantias para negociação, etc. and columns for De 3 meses a 1 ano, Acima de 1 ano, Valor contábil/mercado, Custo atualizado, 2012, 2011.

